
SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL.....	19
1.1 O Direito de Punir (<i>jus puniendi</i>) (latim: <i>jus</i> = direito; <i>puniendi</i> : punição).....	19
1.2 A lide penal.....	19
1.3 Conceito de processo.....	20
1.4 Natureza jurídica do Direito Processual Penal.....	21
1.4.1 Relação com as demais ciências.....	22
1.5 Conteúdo e conceito do Direito Processual Penal.....	23
1.6 Autonomia do Direito Processual Penal.....	24
1.7 Fontes das normas processuais penais.....	24
1.8 Aplicação e interpretação da lei processual penal.....	28
1.8.1 Integração do processo penal.....	28
1.8.1.1 Analogia.....	29
1.8.2 Hermenêutica processual penal.....	30
1.8.3 Modalidades (formas) de interpretação.....	30
1.8.3.1 Interpretação penal quanto ao sujeito.....	30
1.8.3.2 Interpretação da lei penal quanto ao modo.....	31
1.8.3.3 Interpretação da lei processual penal quanto ao resultado.....	31
1.8.3.4 Interpretação analógica.....	32
1.8.3.5 Invocação do Direito Processual Civil (analogia).....	32
1.9 Sistemas processuais penais.....	33
1.9.1 Sistema inquisitório ou inquisitivo.....	33
1.9.2 Sistema acusatório.....	34
1.9.3 Sistema misto.....	34
1.9.4 Processo penal brasileiro.....	35

2

NORMA PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	37
2.1 Conceito e classificações da norma processual penal.....	37
2.1.1 Elementos da norma processual penal.....	37
2.2 Caracteres da norma processual penal.....	39
2.2.1 Norma processual penal no tempo.....	39
2.2.2 Norma processual no espaço	42

3

PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL.....	45
3.1 Conceito	45
3.2 Princípios processuais penais	45
3.3 Garantias constitucionais	49

4

INQUÉRITO POLICIAL.....	53
4.1 Persecução penal.....	53
4.1.1 Conceito de persecução	53
4.1.2 Polícia judiciária	54
4.2 Inquérito Policial	56
4.2.1 Finalidade do inquérito policial	57
4.2.2 Inquéritos extrapoliciais.....	58
4.2.3 Atribuição do inquérito policial	59
4.2.4 Dispensabilidade do inquérito policial.....	64
4.2.5 Natureza do inquérito policial (características).....	64
4.2.6 Incomunicabilidade do indiciado.....	67
4.2.7 Notitia criminis.....	68
4.2.8 Início do inquérito policial.....	70
4.2.8.1 Instauração por meio de requisição	70
4.2.8.2 Instauração por meio de requerimento	71
4.2.8.3 Delatio criminis.....	71
4.2.8.4 Requisição do Ministro da Justiça	72
4.2.8.5 Inquérito policial nos crimes de ação penal privada	72
4.2.8.6 Diligências no inquérito policial.....	72
4.2.8.7 Auto de prisão em flagrante	76
4.2.9 Prazos, relatório e pedido de diligências	76
4.2.10 Encerramento e o arquivamento do inquérito.....	78

5

AÇÃO PENAL	87
5.1 Conceito de ação penal	87
5.2 Condições da ação penal (ou condições de procedibilidade)	88
5.2.1 Legitimidade <i>ad causam</i>	89
5.2.2 Interesse de agir.....	91
5.2.3 Possibilidade jurídica do pedido	92
5.2.4 Justa causa	92
5.2-A Pressupostos processuais.....	92
5.3 Classificação da ação penal com base na tutela jurisdicional.....	93
5.4 Classificação subjetiva da ação penal	93
5.5 Ação penal pública incondicionada	93
5.5.1 Princípios da ação penal pública.....	93
5.6 Início da ação penal pública.....	106
5.7 Ação penal pública condicionada.....	109
5.7.1 Legitimidade para representação.....	110
5.7.2 Requisição do Ministro da Justiça.....	113
5.8 Ação penal privada	113
5.8.1 Princípios	113
5.8.2 Legitimidade <i>ad causam e ad processum</i>	114
5.8.3 Prazo para o exercício da ação penal privada	116
5.9 Ação civil	116

6

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	119
6.1 Jurisdição.....	119
6.1.1 Elementos da jurisdição	120
6.1.2 Conteúdo da jurisdição	120
6.1.3 Princípios sobre a jurisdição (<i>iurisdictio</i>)	120
6.1.4 Classificações.....	123
6.1.5 Características	123
6.2 Competência.....	124
6.2-A Competência material e competência funcional.....	124
6.2-B Prorrogação, delegação e desaforamento	124
6.2-C Definição da competência	125
6.2-D Juízo comum, especial e subsidiário	126

6.2-E	Competência absoluta e relativa	126
6.2.1	Competência em razão do lugar da infração.....	127
6.2.2	Competência baseada no domicílio do réu (art. 72, <i>caput</i> , do CPP).....	130
6.2.3	Competência pela qualidade do delito (art. 74).....	130
6.2.4	Competência por distribuição.....	140
6.2.5	Competência por prevenção (art. 83 do CPP).....	140
6.2.6	Competência em razão da prerrogativa de função	141
6.2.7	Conexão e continência	144
6.2.7.1	Conexão	144
6.2.7.1.1	Conexão intersubjetiva (art. 76, I, do CPP).....	144
6.2.7.1.2	Outras formas de conexão.....	146
6.2.7.2	Continência (art. 77, I e II, do CPP)	148
6.2.7.3	Regras para verificação do juízo com a competência prorrogada (arts. 78 e 79 do CPP)	149
6.2.7.4	União facultativa dos processos (art. 80 do CPP) ...	154
6.2.7.5	Perpetuatio jurisdictionis (art. 81 do CPP).....	154
6.2.7.6	Avocação dos processos (art. 82 do CPP).....	154
6.2.7.7	Conflito de competência.....	154

7

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	155	
7.1	Questões prejudiciais	155
7.1.1	Classificação	155
7.1.1.1	Questões homogêneas (ou não devolutivas, comuns ou imperfeitas)	155
7.1.1.2	Questões heterogêneas (ou devolutivas ou perfeitas).....	156
7.1.1.2.1	Questão heterogênea (civil) obrigatória (de suspensão) (ou devolutiva absoluta)..	156
7.1.1.2.2	Questão heterogênea (civil) facultativa (de suspensão)	156
7.2	Exceções	156
7.2.1	Hipóteses de exceção	157
7.3	Restituição de coisas apreendidas.....	159
7.4	Medidas assecuratórias	160
7.4.1	Sequestro.....	160

7.4.1.1	Embargos ao sequestro	160
7.4.2	Especialização da hipoteca legal e arresto	161
7.4.2.1	A especialização da hipoteca legal.....	161
7.4.2.2	Arresto	162
7.5	Incidente de falsidade	162
7.6	Incidente de insanidade mental do acusado	163

8

PROVA	165	
8.1	Teoria geral da prova. Conceito.....	165
8.2	Objetivo (escopo) da prova	166
8.3	Objeto	166
8.3.1	Fatos que independem de prova.....	166
8.3.2	Fatos que dependem de prova	168
8.3.3	Prova do direito (a lei)	169
8.3.4	Prova proibida.....	169
8.3.4.1	Provas ilícitas	169
8.3.4.2	Teoria dos frutos da árvore envenenada.....	169
8.3.4.3	A prova ilícita por derivação	170
8.3.4.4	Interceptação telefônica	174
8.3.4.5	Provas ilegítimas	186
8.3.5	Inviolabilidade do advogado	186
8.4	Classificação da prova quanto ao objeto.....	188
8.5	Classificação da prova quanto ao seu efeito ou valor.....	188
8.6	Classificação da prova quanto ao sujeito ou causa	188
8.7	Classificação da prova quanto à forma ou aparência	188
8.8	Meios de prova.....	189
8.9	Ônus da prova (art. 156 do CPP)	189
8.10	Procedimento probatório	190
8.11	Prova emprestada	190
8.12	Álibi: (significa “em outra parte”, “em outro local”)	191
8.13	Sistemas de apreciação.....	191
8.14	Princípios gerais das provas	191
8.15	Das provas em geral (arts. 158 ss do CPP)	193
8.15.1	Das perícias em geral e do exame de corpo de delito (arts. 158 a 184 do CPP).....	193
8.15.1.1	Conceito	193

8.15.1.2	Realização da perícia.....	193
8.15.1.3	Exame de corpo de delito (art. 158 do CPP).....	194
8.15.1.3.1	Conceito.....	194
8.15.1.3.2	Lesão corporal e outras hipóteses.....	199
8.15.1.3.3	Exame de corpo de delito direto.....	202
8.15.1.3.4	Exame de corpo de delito indireto.....	202
8.15.1.3.4.1	Substituição do exame de corpo de delito pela prova testemunhal.....	203
8.15.1.3.5	Realização do exame de corpo de delito.....	203
8.15.2	Do interrogatório do acusado (arts. 185 a 196 do CPP).....	205
8.15.3	Confissão (arts. 197 a 200 do CPP).....	213
8.15.3-A	Colaboração premiada ou delação premiada.....	216
8.15.4	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP).....	222
8.15.5	Das perguntas ao ofendido (art. 201 do CPP).....	226
8.15.6	Da prova testemunhal.....	228
8.15.7	Da acareação (arts. 229 e 230 do CPP).....	236
8.15.8	Dos documentos (arts. 231 a 238 do CPP).....	237
8.15.9	Dos indícios (art. 239 do CPP).....	239
8.15.10	Busca e apreensão (arts. 240 a 250 do CPP).....	239

9

SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL PENAL..... 243

9.1	Processo e procedimento.....	243
9.2	Sujeitos principais e secundários.....	243
9.3	Juiz.....	244
9.4	Partes no processo penal.....	248
9.5	Ministério Público.....	250
9.6	O acusado.....	251
9.7	Defensor.....	253
9.8	O ofendido e sua atuação no processo penal: querelante, assistente e objeto da prova.....	255

10

MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS (INCLUINDO PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA)..... 257

10.1	Processo cautelar	257
10.1-A	Medidas cautelares pessoais substitutivas da prisão cautelar ...	258
10.1.1	Conceito de prisão	261
10.1.2	Espécies	262
10.1.3	Prisão em flagrante	265
10.1.4	Prisão preventiva	274
10.1.5	Prisão temporária	281
10.1.6	Prisão por decisão de pronúncia	285
10.1.7	Prisão por força de sentença condenatória recorrível	286
10.1.8	Prisão após o julgamento da apelação	290
10.1.9	Prisão domiciliar	291
10.2	Liberdade provisória com ou sem fiança	292
10.2.1	Crimes com a fiança dispensada	293
10.2.2	Crimes com arbitramento de fiança	294
10.2.3	Crimes inafiançáveis	295

11

ATOS PROCESSUAIS – CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	297	
11.1	Atos processuais – noções	297
11.2	Citação (arts. 351 a 369 do CPP)	302
11.2.1	Conceito	302
11.2.2	Modalidades	302
11.2.2.1	Citação real e citação ficta	302
11.2.2.2	Citação por mandado (do próprio juízo)	305
11.2.2.3	Citação por carta precatória	305
11.2.2.4	Citação por carta rogatória	306
11.2.2.5	Efeitos da citação	306
11.3	Intimações	307
11.3.1	Intimação pessoal	308
11.4	Revelia	309

12

PROCEDIMENTOS	311	
12.1	Introdução	311
12.2	Procedimento ordinário	313
12.2.1	Anotações ao procedimento em geral	315
12.2.1.1	Atos processuais do procedimento ordinário	315

12.3	Procedimento sumário (arts. 531 a 538 do CPP).....	323
12.4	Procedimento sumaríssimo (art. 394, § 1º, III, do CPP).....	326
12.5	Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal.....	329
12.5.1	Procedimento do júri.....	329
12.5.2	Procedimento dos crimes falimentares	358
12.5.3	Procedimento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos (arts. 513 a 518 do CPP)	359
12.5.4	Procedimento nos crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP).....	362
12.5.5	Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I do CPP).....	363
12.5.6	Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos (arts. 541 a 548 do CPP)	365
12.6	Procedimentos previstos na legislação especial	365

13

SENTENÇA	367
13.1 Teoria geral da sentença.....	367
13.1.1 Classificação dos atos judiciais	367
13.1.2 Requisitos formais da sentença.....	368
13.1.3 Sentença absolutória	369
13.1.4 Sentença condenatória.....	371
13.1.5 Correlação entre a denúncia e a condenação (princípio da correlação)	371
13.1.5.1 <i>Emendatio libelli</i> (art. 383 do CPP).....	372
13.1.5.2 <i>Mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP)	374
13.1.6 Pedido de absolvição do MP.....	378
13.1.7 Sentença terminativa de mérito.....	378
13.1.8 Sentença concessiva do perdão judicial	378
13.1.9 Ausência de condição objetiva de punibilidade e escusas absolutórias.....	379
13.1.10 Publicação da sentença	380
13.2 Coisa julgada.....	383

14

RECURSOS	385
14.1 Teoria geral dos recursos	385

14.2	Recurso em sentido estrito (Rese).....	400
	14.2-A Agravo de instrumento	408
14.3	Apelação.....	409
14.4	Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, do CPP) e embargos declaratórios.....	417
14.5	Carta testemunhável (arts. 639 a 646 do CPP).....	420
14.6	Correção parcial	420
14.7	Recurso especial.....	421
14.8	Recurso extraordinário.....	428
14.9	Recurso ordinário constitucional (ROC)	432
	14.9-A Agravo regimental.....	433
14.10	Ações de impugnação.....	433
	14.10.1 Revisão criminal.....	434
	14.10.2 <i>Habeas corpus</i>	436
	14.10.3 Mandado de segurança criminal.....	442
14.10.	Reclamação.....	446
	14.10.1 Suspensão da segurança	447

15

NULIDADES	449	
15.1	Introdução.....	449
15.2	Conceito de nulidade.....	449
	15.2.1 Natureza jurídica	449
15.3	Sistema de nulidades.....	450
15.4	Classificação dos atos processuais	454
	15.4.1 Ato inexistente	454
	15.4.2 Ato nulo	456
	15.4.2.1 Nulidade absoluta e relativa.....	457
	15.4.3 Ato anulável.....	459
	15.4.4 Ato irregular.....	459
	15.4.5 Classificação segundo a jurisprudência (prática)	460
	15.4.6 Hipótese	460
	15.4.6.1 Carta precatória	460
15.5	Inadmissibilidade da <i>revisio pro societate</i>	460
15.6	Momento de arguição e preclusão	461
	15.6.1 Nulidade relativa: hipóteses e momento de arguição	461
15.7	O princípio <i>pas de nullité sans grief</i>	463

15.8	Nulidades em espécie (art. 564 do CPP)	463
15.8.1	A incompetência, a suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I, do CPP).....	464
15.8.2	A ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP).....	464
15.8.3	Falta de fórmulas ou dos termos (art. 564, III, do CPP).....	466
15.9	Vedação da admissão da nulidade	476
15.10	Saneamento e efeitos.....	476

16

PROCESSO DE EXECUÇÃO	479	
16.1	Escopo da execução penal	479
16.2	Requisitos para a execução da pena	479
16.3	Natureza do processo de execução.....	479
16.4	Princípios do processo de execução penal.....	480
16.5	Competência da execução penal.....	480
16.6	Cumprimento da pena privativa de liberdade	481
16.7	Guia de recolhimento	483
16.8	Regime de pena e progressão.....	483
16.8.1	Prisão albergue domiciliar.....	495
16.8.2	Regressão de regime	496
16.9	Livramento condicional (arts. 83 a 90 do CP).....	496
16.10	Autorização de saída.....	496
16.11	Remição	497
16.12	Detração	498
16.13	Penas restritivas de direito.....	498
16.14	Multa.....	499
16.15	Medidas de segurança.....	501
16.16	Incidentes da execução.....	501
16.17	Agravo em execução	502

BIBLIOGRAFIA	505
---------------------------	-----